

AVANÇASP



PREFEITURA MUNICIPAL DE
AMPARO/SP

CONCURSO PÚBLICO
01/2026

PROCURADOR

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e prova discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinada à transcrição do texto definitivo da prova discursiva. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva.
- 01 (uma) hora após o início da prova é possível retirar-se da sala levando o Caderno de Questões.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta.
- Quando for permitido abrir o Caderno de Questões, verifique se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu, se está completo e sem falhas. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais nas Folhas de Respostas, especialmente nome, número de inscrição, número do documento de identidade e cargo. Leia atentamente as instruções para preenchimento.

- Marque, nas Folhas de Respostas específicas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu e a transcrição de seu texto.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o Caderno de Questões.

- Ao se retirar, entregue as Folhas de Respostas preenchidas e assinadas ao fiscal de sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja em sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou as Folhas de Respostas;
- d) se recusar a entregar as Folhas de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou as Folhas de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 03.

Os robôs não são a grande ameaça à humanidade; os desumanos, sim

Quanto se ganha por ler uma poesia? Ou por deixar a música invadir e mudar a batida do coração? Qual o valor de ter o fôlego interrompido diante de uma escultura, de uma flor ou do pôr-do-sol? Quanto vale o que nos faz mais humanos? É na ampliação do sentir que percebemos o mundo e nos implicamos nele. O que nos preenche a alma não é palpável, quantificável ou útil, mas é o que embeleza a vida, e para isso não há preço.

Ninguém sabe o momento exato que vai realizar essa verdade, talvez porque esse momento nem exista, é aos poucos que a gente se humaniza, e isso é o oposto do processo de desumanização, que ocorre rápido, devasta amizades, amores e famílias, como uma peste ou uma guerra.

A praga do utilitarismo corrói os bons afetos. As relações humanas pautadas por ele são empobrecedoras, tornam o mundo pior, não importa o que de longe possa parecer.

Somos razão, mas existimos, com grandeza, é na sensibilidade.

Sou inconformada com o embrutecimento do mundo. Diante de tantas possibilidades da humanidade dar um salto de consciência, entristece ver pessoas com o coração mais árido, menos dispostas a se deixarem afetar por relações humanas baseadas na ausência de utilidade.

Nada contra o networking. Sobre isso acho o óbvio: útil. Mas é o inútil contido nas humanidades que nos torna mais interessantes, eventualmente, até para fazer negócios. (...)

Não são os robôs a grande ameaça à humanidade, são os desumanos.

As disciplinas humanísticas pedem passagem como antídoto à barbárie da utilidade.

A desumanidade turva a compreensão da realidade óbvia e permite cegueiras coletivas, que abrem espaço para aberrações comportamentais. Exige esforço, mas é preciso dedicar mais tempo para resgatar valores comunitários.

As relações baseadas em princípios mais humanos melhoram as pessoas. A riqueza interior supera o lucro. Apoiar o ensino de novos conceitos de riqueza baseados em sentimentos e não em matéria é remédio para um mundo adoecido e autodestrutivo. (...)

AGUIAR, Aurê. Os robôs não são a grande ameaça à humanidade; os desumanos, sim. *A Gazeta*. Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/colunas/aure-aguiar/os-robos-nao-sao-a-grande-ameaca-a-humanidade-os-desumanos-sim-0424>>.

QUESTÃO 01

O texto “Os robôs não são a grande ameaça à humanidade; os desumanos, sim” é predominantemente:

- (A) dissertativo, desenvolvendo ideias sobre fatos e comportamentos humanos.
- (B) narrativo, apresentando elementos como personagens, tempo, espaço e foco narrativo.
- (C) narrativo, contando fatos a respeito de uma sociedade dominada por robôs.
- (D) descritivo, apresentando características de uma sociedade imaginária.
- (E) descritivo, apresentando qualidades positivas e negativas sobre a tecnologia.

QUESTÃO 02

“A desumanidade **turva** a compreensão da realidade óbvia”

A palavra destacada no trecho acima é sinônima de tornar algo:

- (A) rico, precioso.
- (B) claro, definido.
- (C) certo, definitivo.
- (D) fácil, compreensível.
- (E) obscuro, indefinido.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa cuja palavra destacada, mesmo não sendo um pronome possessivo, apresenta o sentido de posse

- (A) “Quanto se ganha por ler uma poesia?”
- (B) “O que nos preenche a alma não é palpável”
- (C) “Quanto vale o que nos faz mais humanos?”
- (D) “é aos poucos que a gente se humaniza”
- (E) “É na ampliação do sentir que percebemos o mundo e nos implicamos nele.”

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa cujo enunciado apresenta a figura de linguagem conhecida como catacrese.

- (A) Não se preocupe com o Totó, pois ele acabou partindo desta para melhor.
- (B) Minha irmã ficou com a maçã do rosto bem visível, de tão envergonhada.
- (C) Como diria o mestre Yoda, estudar muito devemos para vitória certa alcançarmos.
- (D) O show do humorista foi tão bom, que morremos de rir durante todo o tempo.
- (E) É bom tomar água pela manhã, mas não precisa tomar três copos de uma vez.

QUESTÃO 05

“É impossível imaginar o espanhol sem Cervantes, o inglês sem Shakespeare, e o português sem Clarice.” (Benjamin Moser)

O período acima é constituído por:

- (A) quatro orações coordenadas entre si.
- (B) duas orações desenvolvidas com verbos no presente do indicativo.
- (C) duas orações reduzidas com verbos no infinitivo.
- (D) uma oração com função de objeto direto acompanhada do predicativo “impossível”.
- (E) uma oração com função de sujeito acompanhada do predicativo “impossível”.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa que apresenta a colocação do pronome destacado de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa.

- (A) Oxalá você nunca esqueça-se das suas origens.
- (B) Logo que os convidados cumprimentaram-se, foram chamados um a um ao palco.
- (C) Nos ajude em mais uma importante missão social.
- (D) Ela foi uma das pessoas cujo talento se mencionou na coletiva.
- (E) Jamais renda-se às lamentações duvidosas da pessoa que você admira.

QUESTÃO 07



BROWNE, Dik. *Hagar o horrível*. Disponível em <https://www.instagram.com/p/DZclCjXFo5J/?img_index=5>.

Nas expressões “meio cheio” e “meio vazio”, empregadas na tirinha acima, a palavra “meio” é de natureza:

- (A) adverbial, com o sentido de intensidade.
- (B) adverbial, sendo sinônima de “metade”.
- (C) adjetiva, com o sentido de intensidade.
- (D) adjetiva, sendo sinônima de “metade”.
- (E) substantiva, indicando quantidade.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas de acordo com as normas vigentes em Língua Portuguesa.

- (A) Houve uma discrepância exagerada entre os aspectos teóricos e práticos.
- (B) Pensa-se que os jovens não lêem muito, mas isso pode ser um equívoco evidente.
- (C) Num ínterim, todos os recém-formados estavam em êxtase.
- (D) A maior exigência girava em torno dos afazeres domésticos dos cortesãos.
- (E) Fazia um calor execivo naquela região, a ponto de interferir no bem-estar das pessoas.

QUESTÃO 09

“Apurado, com impressionante agilidade e precisão, naquela tarde do último mês do ano, o resultado da consulta à população local, verificou-se que a esmagadora e ampla maioria da comunidade daquele distante distrito manifestou-se pela efusiva e indubitável rejeição da alteração realizada na Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Considerando que o trecho acima se encontre em parte de um documento oficial, é correto afirmar que ele:

- (A) é totalmente adequado, visto que não apresenta nenhuma incorreção gramatical.
- (B) é totalmente adequado, visto que apresenta importantes imagens poéticas.
- (C) é adequado, porque consegue transmitir muita informação com poucas palavras.
- (D) não é adequado, por apresentar falhas no âmbito da concisão.
- (E) não é adequado, visto que apresenta graves incorreções gramaticais.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a palavra destacada é responsável por produzir ambiguidade no enunciado, tornando-o, portanto, inadequado para a redação oficial.

- (A) Traga-me os papéis que estão sobre a mesa, **os quais** são importantes para o trabalho.
- (B) O assessor e sua comitiva discutiram as condições de trabalho **desta**.
- (C) O chefe do departamento avisou à secretária que **suas** férias começariam logo.
- (D) Entre ficar na reunião e sair para a comemoração, prefiro **aquela** opção.
- (E) Nunca duvide do seu potencial, pois **este** é capaz de promovê-lo em breve.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

Considere as assertivas a seguir quanto às competências e prerrogativas dos Tribunais de Contas e de seus membros, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. É ilegítima a equiparação de juízes dos Tribunais de Contas, em direitos e garantias, aos membros do Poder Judiciário.
- II. Ao Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não compete apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
- III. No Tribunal de Contas estadual composto por nove conselheiros, cinco devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e dois à sua livre escolha.
- IV. Gratificação devida a servidores do sistema fazendário não se estende aos servidores dos Tribunais de Contas.

Diante das assertivas apresentadas, assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas a assertiva IV está correta.
- (D) Apenas a assertiva I está correta.
- (E) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 12

Considere que o Município fictício de Beta possua população estimada de 861.000 (oitocentos e sessenta e um mil) habitantes.

Nos termos do artigo 29-A da Constituição Federal, o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e pensionistas, não poderá ultrapassar determinado percentual do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Está CORRETO o percentual de:

- (A) 7% (sete por cento).
- (B) 6% (seis por cento).
- (C) 5% (cinco por cento).
- (D) 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento).
- (E) 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento).

QUESTÃO 13

Nos termos do § 6º do artigo 216 da Constituição Federal, é facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita tributária líquida a fundo estadual de fomento à cultura, destinado ao financiamento de programas e projetos culturais.

Assinale a alternativa que corresponde ao percentual máximo que poderá ser vinculado a esse fundo:

- (A) até cinco décimos por cento.
- (B) até sete décimos e cinco centésimos por cento.
- (C) até um por cento.
- (D) até um inteiro e cinco décimos por cento.
- (E) até dois inteiros e cinco décimos por cento.

QUESTÃO 14

Quanto à jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal acerca do mandado de segurança, considere as assertivas a seguir:

I. No mandado de segurança contra a nomeação de magistrado da competência do Presidente da República, este é considerado autoridade coatora, ainda que o fundamento da impetração seja nulidade ocorrida em fase anterior do procedimento.

II. No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é facultativa a citação do réu como litisconsorte passivo.

III. O mandado de segurança não substitui a ação popular.

IV. O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.

V. Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

Diante das assertivas apresentadas, assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (C) Apenas a assertiva I está correta.
- (D) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- (E) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 15

À luz das normas constitucionais de tutela do meio ambiente previstas na Constituição Federal, considere as assertivas a seguir:

- I. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- II. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- III. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- IV. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Diante das assertivas apresentadas, assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas a assertiva III está correta.
- (D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (E) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 16

Nos termos do artigo 35 da Constituição Federal, assinale a alternativa que contempla hipótese de intervenção do Estado em seus Municípios ou da União nos Municípios localizados em Território Federal:

- (A) Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (B) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- (C) Manter a integridade nacional.
- (D) Repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra.
- (E) Garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa que corresponde ao percentual máximo de membros especialistas na composição do Conselho de Administração das entidades qualificadas como Organizações Sociais (OS), entendidos como aqueles eleitos pelos demais integrantes do conselho dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, nos termos da Lei Federal nº 9.637/1998.

- (A) Até 5%.
- (B) Até 10%.
- (C) Até 15%.
- (D) Até 30%.
- (E) Até 40%.

QUESTÃO 18

Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.429/1992, os atos de improbidade administrativa classificam-se em atos que importam enriquecimento ilícito, atos que causam prejuízo ao erário e atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Assinale a alternativa que indica ato classificado como atentatório aos princípios da Administração Pública.

(A) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração, pelo agente, da licitude da origem dessa evolução.

(B) Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

(C) Permitir que sejam utilizados, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou materiais de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

(D) Agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização ou na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.

(E) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.

QUESTÃO 19

Acerca da ação por improbidade administrativa prevista na Lei Federal nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

(A) Se houver mais de um réu na ação, a somatória dos valores declarados indisponíveis corresponderá, para cada um dos réus, ao montante indicado na petição inicial, a título de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito.

(B) É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, ainda que comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º da Lei Federal nº 8.429/1992.

(C) Da decisão que rejeitar as questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação não caberá recurso.

(D) A reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados, constitui condição para que o Ministério Público possa celebrar acordo de não persecução civil.

(E) A sentença de improcedência ou de extinção sem resolução do mérito será objeto de reexame necessário.

QUESTÃO 20

Nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências, assinale a alternativa que corresponde à infração político-administrativa do Prefeito Municipal, sujeita ao julgamento pela Câmara de Vereadores e passível de cassação do mandato.

- (A) Apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio.
- (B) Deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos.
- (C) Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.
- (D) Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
- (E) Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei.

QUESTÃO 21

Uma autarquia federal pretende adotar as seguintes providências administrativas:

- (i) Alienar um imóvel integrante de seu patrimônio, avaliado em R\$ 12 milhões, adquirido há décadas por desapropriação;
- (ii) Contratar serviços de manutenção preventiva e corretiva de suas instalações prediais, cujos padrões de desempenho e qualidade são amplamente conhecidos e definidos por especificações usuais de mercado;
- (iii) Estruturar o edital da futura contratação de manutenção predial utilizando o critério de julgamento de menor preço, com adoção exclusiva do modo de disputa fechado, sob o argumento de que a ausência de lances sucessivos reduziria a duração do certame.

Durante a fase preparatória, a equipe técnica sustenta que o elevado valor do imóvel exige a utilização da concorrência para a sua alienação, que a natureza técnica da manutenção predial impede a sua caracterização como serviço comum de engenharia e que a escolha do modo de disputa poderá ser redefinida posteriormente pelo agente de contratação, na fase externa do procedimento.

Considerando a Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- (A) A alienação do imóvel deverá ocorrer por concorrência, uma vez que o elevado valor do bem afasta a utilização da modalidade leilão.
- (B) A manutenção predial configura serviço especial de engenharia em razão da necessidade de responsável técnico, circunstância que impede a utilização do pregão.
- (C) A definição do modo de disputa constitui ato discricionário do agente de contratação, podendo ser alterada após a publicação do edital desde que preservada a competitividade do certame.
- (D) A alienação do imóvel deverá ocorrer mediante leilão, independentemente do valor do bem ou da forma de aquisição patrimonial, sendo vedada, ademais, a utilização isolada do modo de disputa fechado quando adotado o critério de julgamento de menor preço para a contratação dos serviços de manutenção.
- (E) A manutenção predial, embora caracterizada como serviço comum de engenharia, admite a utilização exclusiva do modo de disputa fechado quando o critério de julgamento for o de menor preço, desde que haja justificativa técnica da Administração.

QUESTÃO 22

Determinada autoridade administrativa federal aplicou uma sanção de multa a uma empresa contratada sob o fundamento de descumprimento de cláusula técnica. Durante o processo administrativo instaurado, a autoridade indeferiu o pedido de produção de novas provas e a apresentação de alegações finais pela empresa, sob a justificativa de que a irregularidade já estava documentada em relatório técnico da fiscalização e que a celeridade administrativa deveria prevalecer sobre ritos burocráticos.

No que concerne ao processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- (A) O processo administrativo sancionador admite a supressão da fase de produção de provas por decisão da autoridade que identifique a prevalência do interesse público na celeridade da punição.
- (B) A existência de relatório técnico elaborado pela fiscalização não afasta o direito do interessado de, na fase instrutória e antes da decisão, requerer diligências, perícias e apresentar alegações sobre a matéria objeto do processo, admitindo-se o indeferimento de provas apenas mediante decisão fundamentada quanto à sua ilicitude, impertinência, desnecessidade ou caráter protelatório.
- (C) As normas gerais de processo administrativo federal autorizam o agravamento da penalidade original em sede de revisão administrativa iniciada em razão do surgimento de fatos novos.
- (D) A tipificação de infrações e a disciplina de sanções administrativas se submetem à reserva de lei formal e absoluta, o que impede a utilização de normas infra legais para detalhar condutas puníveis.
- (E) O direito de o particular formular alegações e apresentar provas em processos que possam resultar em sanções é condicionado à demonstração prévia de insuficiência do relatório técnico da administração.

QUESTÃO 23

Em março de 2022, o Secretário de Obras de um Município, amparado em parecer jurídico fundamentado em jurisprudência não pacificada da época, autorizou a utilização de maquinário público em uma obra de pavimentação que beneficiou o acesso a uma propriedade privada. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em janeiro de 2027, alegando enriquecimento ilícito do agente e da empresa proprietária do imóvel. No curso da instrução processual, o Secretário faleceu, deixando um herdeiro único. O órgão ministerial requereu a sucessão processual para que o herdeiro responda pelo ressarcimento e pela multa civil, além de pleitear a condenação da empresa beneficiária, cuja participação dolosa no evento não foi individualizada na petição inicial.

Considerando o quanto narrado, assinale a alternativa correta:

- (A) A sucessão processual impõe ao herdeiro a sujeição integral às sanções de ressarcimento e de multa civil, ficando a responsabilidade limitada ao valor do patrimônio transferido pelo falecido.
- (B) O ato praticado pelo Secretário configura improbidade administrativa por violação a princípios, sendo irrelevante a existência de divergência interpretativa da lei baseada em jurisprudência anterior ao fato.
- (C) A petição inicial em face da empresa deve ser processada normalmente, pois a condição de terceira beneficiária dispensa a demonstração de dolo e a individualização detalhada da conduta para a aplicação de sanções patrimoniais.
- (D) O prazo prescricional para a aplicação das sanções é de cinco anos após o término do exercício do cargo, ocorrendo a interrupção pelo ajuizamento da ação e o reinício da contagem pelo prazo original completo.
- (E) O herdeiro do agente se submete à obrigação de reparar o dano até o limite da herança, e a empresa beneficiária poderá ser responsabilizada se houver individualização de sua participação dolosa, sendo vedada a solidariedade para fins de aplicação das sanções de improbidade administrativa.

QUESTÃO 24

Uma empresa comercial localizada no Estado de São Paulo realiza operações de circulação de mercadorias. O responsável tributário da companhia, seguindo as determinações da legislação estadual, identifica a ocorrência dos eventos, calcula o montante devido, preenche as guias de informação exigidas pela Fazenda e efetua o recolhimento do valor apurado no prazo legal, sem qualquer intervenção prévia de agentes da Administração.

Diante dessa situação narrada, considerando a disciplina jurídica do lançamento e do crédito tributários, assinale a alternativa correta:

- (A) O contribuinte praticou um procedimento de natureza puramente aritmética que carece de caráter jurídico até a manifestação expressa da autoridade administrativa.
- (B) A obrigação tributária principal surgiu independentemente da linguagem produzida pela empresa, sendo fruto direto do evento econômico desprovido de simbolização normativa.
- (C) O crédito tributário foi constituído por uma atividade vinculada do Estado que conferiu presunção de legitimidade ao evento físico ocorrido no mundo social.
- (D) A empresa produziu uma norma jurídica individual e concreta que constituiu o fato jurídico e a respectiva obrigação tributária no ordenamento jurídico positivo.
- (E) O ato praticado pelo particular configura uma proposta de pagamento que aguarda o lançamento substitutivo da Fazenda Pública para integrar o sistema do direito posto.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa correta considerando a fenomenologia das isenções tributárias e a sua relação com a regra-matriz de incidência tributária:

- (A) A isenção tributária constitui um favor legal que dispensa o sujeito passivo do cumprimento de uma obrigação tributária cujo crédito já se encontra regularmente constituído.
- (B) As normas de isenção se qualificam como regras de conduta que visam a extinguir o débito tributário por meio do perdão da infração cometida pelo contribuinte.
- (C) A isenção tributária opera como uma norma de estrutura que subtrai parcela do campo de abrangência de um ou mais critérios da regra-matriz de incidência.
- (D) O instituto da isenção é um obstáculo constitucional que impede o nascimento da competência tributária das pessoas políticas antes da edição da lei instituidora.
- (E) A configuração de uma alíquota zero representa uma hipótese de imunidade constitucional que anula o critério material do antecedente normativo.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa correta considerando as normas gerais de Direito Tributário, a definição de tributo e a estrutura da regra-matriz de incidência:

- (A) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pela denominação adotada pela lei e pela destinação do produto da sua arrecadação aos cofres públicos.
- (B) A identificação da natureza jurídica de um tributo exige a análise conjunta da hipótese de incidência e da base de cálculo, pois o fato gerador isoladamente é insuficiente para distinguir impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (C) A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, conceitos que possuem a mesma natureza jurídica e fundamento lógico.
- (D) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário se encerra após o decurso do prazo de cinco anos, lapso de prescrição contado a partir da ocorrência do fato gerador.
- (E) A disciplina das normas gerais de Direito Tributário relativas à obrigação tributária, ao lançamento, ao crédito tributário, à prescrição e à decadência é matéria reservada à lei ordinária federal.

QUESTÃO 27

No que se refere à legitimidade processual e aos mecanismos de responsabilização de terceiros, assinale a alternativa correta:

- (A) A prova da assunção do encargo financeiro prescrita no artigo 166, do Código Tributário Nacional, constitui requisito de aferição da legitimidade ativa ordinária do contribuinte de direito em nível de asserção.
- (B) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é instrumento processual adequado para a inclusão de terceiro no polo passivo da execução fiscal quando a pretensão fazendária se fundar em hipótese de desconconsideração da personalidade jurídica não abrangida pelas modalidades legais de responsabilidade tributária previstas nos artigos 134 e 135, do Código Tributário Nacional, e o terceiro não constar da certidão de dívida ativa.
- (C) A decisão judicial que determina o redirecionamento da execução fiscal para sócio administrador estranho à certidão de dívida ativa possui natureza declaratória de uma obrigação tributária principal.
- (D) A aplicação do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no rito da Lei de Execuções Fiscais é obstada pela vigência do princípio da especialidade e pela ausência de previsão de contraditório prévio na referida lei.
- (E) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário impede o ajuizamento da execução fiscal, mas não afasta a possibilidade de inclusão imediata de corresponsável no polo passivo mediante simples requerimento da Fazenda Pública, independentemente de demonstração dos pressupostos legais da responsabilidade tributária.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa correta considerando o Código Tributário Nacional:

- (A) A atribuição da capacidade tributária ativa a outra pessoa jurídica de direito público pode ser revogada a qualquer tempo, sem importar transferência da competência tributária, sendo vedada a fixação de alíquota superior à das operações em geral para bens e serviços considerados essenciais.
- (B) O não exercício da competência tributária para instituir determinado imposto autoriza outro ente federado a exercê-la supletivamente, desde que haja interesse arrecadatório relevante.
- (C) Em razão da essencialidade da energia elétrica e dos combustíveis, o ente competente está obrigado a aplicar alíquota reduzida sobre essas operações.
- (D) A atribuição das funções de arrecadação e fiscalização do ICMS a uma autarquia estadual configura delegação de competência tributária, razão pela qual não pode ser revogada unilateralmente pelo Estado.
- (E) A competência tributária pode ser delegada mediante lei específica, desde que a delegação se limite às atividades de arrecadação e fiscalização.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa correta considerando a estrutura típica, a consumação e o regime jurídico dos crimes contra a ordem tributária:

- (A) Os crimes previstos no artigo 1º, da Lei Federal n.º 8.137/1990, são classificados como delitos de mera conduta, consumando-se no momento da prática da fraude ou omissão, independentemente da efetiva supressão do tributo.
- (B) O erro do agente que recai sobre o dever extrapenal de natureza jurídico-tributária ou sobre elementos normativos do tipo deve ser tratado como erro de proibição, uma vez que incide sobre a potencial consciência da ilicitude.
- (C) A tipificação dos crimes materiais contra a ordem tributária, previstos no artigo 1º, da Lei Federal n.º 8.137/1990, depende do lançamento definitivo do tributo, sem o qual não se considera consumado o delito por ausência de resultado.
- (D) O sistema jurídico brasileiro admite a modalidade culposa para os crimes praticados por particulares contra a ordem tributária, desde que comprovada a negligência na escrituração de livros fiscais.
- (E) A independência das instâncias permite que o Ministério Público ofereça denúncia e obtenha condenação por crime de sonegação fiscal mesmo que a decisão administrativa final tenha reconhecido a inexistência do débito tributário.

QUESTÃO 30

Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

- (A) Dotações para o planejamento e a execução de obras.
- (B) Amortização da Dívida Pública.
- (C) Constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas industriais e agrícolas.
- (D) Manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (E) Constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

QUESTÃO 31

Considerando as normas gerais de Direito Financeiro, a tramitação dos projetos de leis orçamentárias e o regime de emendas parlamentares, assinale a alternativa correta:

- (A) O Chefe do Poder Executivo poderá propor modificações nos projetos de leis orçamentárias mediante mensagem ao Poder Legislativo no período posterior ao início da votação na comissão mista permanente.
- (B) A aprovação de emenda parlamentar destinada à execução de obra pública prescinde da prévia aprovação do respectivo projeto pelos órgãos competentes quando a programação estiver compatibilizada com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) Na hipótese de o Poder Legislativo não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas normas constitucionais ou orgânicas, será considerada como proposta a Lei de Orçamento vigente.
- (D) O regime de emendas ao projeto de Lei de Orçamento admite a alteração de dotação solicitada para despesas de custeio por critérios de conveniência política, independentemente de comprovação de inexatidão na proposta original.
- (E) A lei orçamentária admite a inclusão de dotação, por intermédio de emenda parlamentar, para a instalação de serviços públicos desprovidos de criação formal anterior, desde que instituídos pela própria emenda legislativa parlamentar.

QUESTÃO 32

À luz do art. 100, caput, da Constituição Federal e da Súmula 655 do STF, assinale a alternativa correta acerca do pagamento de créditos de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária:

- (A) Os créditos de natureza alimentícia, por constituírem exceção ao regime geral do art. 100 da Constituição Federal, podem ser pagos diretamente pela Fazenda Pública, independentemente da expedição de precatório, desde que exista dotação orçamentária suficiente.
- (B) A preferência conferida aos créditos alimentares autoriza que sejam pagos antes de todos os demais créditos, inclusive antes de outros créditos alimentares anteriormente apresentados.
- (C) A natureza alimentícia do crédito afasta integralmente a incidência do regime constitucional de precatórios, razão pela qual o pagamento deve ocorrer mediante requisição simples ao ente público devedor, sem submissão ao orçamento público.
- (D) Os créditos de natureza alimentícia estão sujeitos à expedição de precatório, mas possuem preferência apenas em relação aos precatórios decorrentes de condenações de natureza comum, não sendo dispensada a observância da sistemática constitucional de pagamento.
- (E) A exceção em favor dos créditos alimentares permite que o juiz determine a inclusão nominal do credor na dotação orçamentária específica, desde que a sentença tenha transitado em julgado e o crédito seja incontroverso.

QUESTÃO 33

Considerando o conceito de operação de crédito previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta:

- (A) A lei orçamentária anual, por força do princípio da exclusividade, não pode conter autorização para contratação de operações de crédito, salvo se tais operações não envolverem antecipação de receita orçamentária.
- (B) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (C) A contratação de operação de crédito somente se caracteriza quando houver ingresso imediato de dinheiro nos cofres públicos, razão pela qual o arrendamento mercantil, a aquisição financiada de bens e o recebimento antecipado de valores não se enquadram no conceito legal de operação de crédito.
- (D) A emissão e o aceite de títulos pelo ente público não constituem operação de crédito para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois representam atos de natureza cambial ou mobiliária, e não compromisso financeiro decorrente de empréstimo público.
- (E) A lei orçamentária anual pode autorizar a contratação de operações de crédito, mas apenas quando estas forem destinadas ao refinanciamento da dívida pública, sendo vedada a autorização genérica para mútuo, abertura de crédito ou aquisição financiada de bens.

QUESTÃO 34

Analise as assertivas a seguir, considerando a elaboração da Lei de Orçamento:

- I. Admitir-se-ão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta.
- II. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a conceder dotação para o início de obra cujo projeto esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- III. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

Assinale a alternativa que contenha a(s) assertiva(s) correta(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) Somente a III.
- (E) Somente a II.

QUESTÃO 35

Uma galeria de arte celebrou contrato de compra e venda de uma escultura rara e individualizada, pertencente ao seu acervo, comprometendo-se a entregá-la ao comprador em data previamente ajustada. Antes da tradição, porém, a peça sofreu avaria parcial em razão de infiltração imprevisível causada por forte tempestade, sem que tivesse havido negligência, imperícia ou imprudência por parte da galeria.

O comprador, ao tomar ciência do ocorrido, passou a questionar se ainda estaria obrigado a receber a escultura e quais seriam as consequências jurídicas da deterioração do bem.

À luz do Código Civil, especialmente quanto à obrigação de dar coisa certa, assinale a alternativa correta:

- (A) Como a deterioração decorreu de caso fortuito ou força maior, a obrigação se extingue automaticamente, sem que o credor possa optar pelo recebimento da coisa avariada.
- (B) Deteriorada a coisa sem culpa do devedor, o credor poderá resolver a obrigação ou aceitar o bem no estado em que se encontra, com abatimento proporcional do preço correspondente à perda sofrida.
- (C) Ainda que ausente culpa do devedor, o credor poderá exigir a entrega de outra escultura equivalente, desde que pertencente ao mesmo gênero artístico e de valor aproximado.
- (D) A deterioração parcial da coisa certa, mesmo sem culpa do devedor, converte a obrigação em perdas e danos, pois o objeto originário deixou de corresponder integralmente ao contratado.
- (E) Por se tratar de bem certo e individualizado, o credor deverá recebê-lo no estado em que estiver, cabendo abatimento proporcional do preço.

QUESTÃO 36

À luz da disciplina do contrato preliminar, assinale a alternativa correta:

- (A) Se a promessa de contrato for unilateral, o credor, sob pena de ficar a mesma sem efeito, deverá manifestar-se no prazo nela previsto, ou, inexistindo este, no que lhe for razoavelmente assinado pelo devedor.
- (B) O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- (C) Esgotado o prazo, poderá o juiz, de ofício, suprir a vontade da parte inadimplente, conferindo caráter definitivo ao contrato preliminar, independente de se opor à natureza da obrigação.
- (D) Se o estipulante não der execução ao contrato preliminar, poderá a outra parte considerá-lo desfeito, mas não poderá requerer perdas e danos.
- (E) Concluído o contrato preliminar, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do definitivo, assinando prazo de sete dias à outra para que o efetive.

QUESTÃO 37

Uma sociedade empresária deixou de pagar dividendos anuais devidos a determinado sócio, previstos em contrato social e exigíveis ao final de cada exercício. Após alguns anos, o sócio ajuizou ação buscando o pagamento das prestações vencidas.

Considerando que se trata de prestação acessória pagável em períodos não superiores a um ano, assinale a alternativa correta quanto ao prazo prescricional aplicável:

- (A) Um ano.
- (B) Dois anos.
- (C) Três anos.
- (D) Quatro anos.
- (E) Cinco anos.

QUESTÃO 38

Determinado imóvel rural foi gravado com usufruto vitalício em favor de Mateus, nada constando no ato constitutivo a respeito dos acessórios, acréscidos, recursos naturais ou possibilidade de cessão do uso do bem. O imóvel possui equipamentos agrícolas, estoque de sementes e fertilizantes, uma pequena área de floresta explorável e uma jazida mineral. Durante a vigência do usufruto, houve acréscimo natural à área do imóvel, parte dos insumos foi consumida na atividade rural, um terceiro encontrou tesouro no local e o vizinho pagou quantia ao proprietário para obter meação em cerca divisória.

Além disso, Mateus celebrou contrato oneroso com uma empresa agrícola, cedendo-lhe o exercício do usufruto por prazo determinado.

À luz da disciplina do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O usufruto não se estende aos acessórios nem aos acréscidos da coisa, salvo se houver autorização expressa no ato constitutivo.
- (B) As coisas consumíveis existentes entre os acessórios e acréscidos pertencem definitivamente ao usufrutuário, que não terá dever de restituição ao final do usufruto.
- (C) A exploração de florestas e recursos minerais existentes no imóvel pode ser realizada pelo usufrutuário, independentemente de prévia definição com o proprietário.
- (D) O usufrutuário pode transferir o próprio direito real de usufruto por alienação, desde que a cessão seja onerosa e por prazo inferior à duração do usufruto.
- (E) Havendo bens consumíveis, o usufrutuário deverá restituir os remanescentes e repor os equivalentes ou, não sendo possível, o valor dos consumidos, sendo possível, ainda, ceder o exercício do usufruto por título gratuito ou oneroso, embora não possa alienar o próprio direito real.

QUESTÃO 39

Analise as assertivas a seguir, à luz da disciplina do Código de Processo Civil acerca do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica:

- I. O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica se aplica ao processo de competência dos juizados especiais.
- II. A decisão que acolhe ou rejeita o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é impugnável por apelação; se proferida pelo relator em segunda instância, caberá agravo interno.
- III. Dispensa-se a instauração do incidente se a desconconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

Assinale a alternativa que contenha a(s) assertiva(s) correta(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) Somente a III.
- (E) Somente a II.

QUESTÃO 40

Em ação indenizatória ajuizada por Laura em face de uma empresa de transporte, a ré, embora regularmente citada, deixou transcorrer o prazo legal sem apresentar contestação, razão pela qual foi decretada sua revelia. Posteriormente, antes da audiência de instrução e julgamento, a empresa compareceu aos autos, constituiu advogado e requereu a produção de prova testemunhal e a juntada de documentos destinados a afastar a versão fática apresentada por Laura.

O magistrado, ao analisar o pedido, afirmou que a revelia não gera, necessariamente, a exclusão absoluta do réu da fase instrutória, desde que sua intervenção ocorra em momento processual compatível com a prática do ato pretendido.

Considerando o tratamento conferido à revelia e à produção de provas no processo civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O pedido da ré poderá ser admitido, pois o réu revel pode produzir provas, desde que compareça ao processo em tempo oportuno para a prática dos atos indispensáveis à instrução, recebendo o processo no estado em que se encontra.
- (B) O comparecimento posterior da ré permite a reabertura integral do prazo de contestação, com devolução de todos os atos processuais já praticados desde a citação.
- (C) O pedido da ré deve ser acolhido apenas para juntada de documentos, sendo vedada a produção de prova testemunhal, pois o réu revel não pode participar de audiência de instrução.
- (D) O pedido da ré deve ser indeferido, pois a revelia produz efeito processual absoluto, impedindo o revel de participar de qualquer ato posterior do processo, ainda que compareça antes da instrução.
- (E) A revelia torna incontroversos todos os fatos narrados pela autora de maneira absoluta, de modo que o juiz fica impedido de valorar provas posteriormente produzidas pelo réu.

QUESTÃO 41

Considere as seguintes hipóteses processuais:

Caso A: “Décio opôs embargos à execução fiscal julgados procedentes em face do Município de Beta, cujo proveito econômico é de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos”.

Caso B: “Décio propôs ação pelo procedimento comum em face do Município de Beta, julgada improcedente, cujo proveito econômico pretendido é de 200 (duzentos) salários mínimos”.

Caso C: “Décio propôs ação pelo procedimento comum em face do Município de Beta, julgada procedente com base em acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos, cujo proveito econômico pretendido é de 200 (duzentos) salários mínimos”.

Caso D: “Décio propôs ação pelo procedimento comum em face do Município de Beta, julgada procedente com base em precedente do Supremo Tribunal Federal, cujo proveito econômico pretendido é de 50 (cinquenta) salários mínimos”.

De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, aplica-se o reexame necessário da sentença pelo tribunal no(s) caso(s):

- (A) A, B, C e D.
- (B) A e D, apenas.
- (C) B, C e D, apenas.
- (D) D, apenas.
- (E) A, apenas.

QUESTÃO 42

Considerando o regime de saneamento e de organização do processo previsto no Código de Processo Civil, avalie as seguintes assertivas:

“I - Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável”.

“II - As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, definição consensual da distribuição do ônus da prova, bem como das matérias de fato sobre as quais recairá a atividade probatória”.

“III - Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações”.

“IV - As pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as audiências”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.

QUESTÃO 43

Considerando o regime da ação popular previsto na Lei Federal n. 4.717/1965, analise as seguintes assertivas:

“I - A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, desde que incorram em dolo”.

“II - Quando o réu condenado perceber dos cofres públicos, a execução far-se-á por desconto em folha até o integral ressarcimento do dano causado, se assim mais convier ao interesse público”.

“III - A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente”

“IV - Se o autor popular desistir da ação, serão publicados editais afixados na sede do juízo e publicados três vezes no jornal oficial do Distrito Federal, ou da Capital do Estado ou Território em que seja ajuizada a ação, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação”.

Está de acordo com a referida lei o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

QUESTÃO 44

A associação Mata Verde consulta determinado assessor jurídico visando a se informar quanto aos critérios de legitimidade para a propositura de ação civil pública.

Nesse contexto, considerando o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985, é CORRETO afirmar:

- (A) a associação privada é ilegítima para a propositura de ação civil pública.
- (B) há um tempo mínimo de 2 (dois) anos de constituição da associação para a legitimação à propositura de ação civil pública, regra que pode ser excetuada.
- (C) há um tempo mínimo de 1 (um) ano de constituição da associação para a legitimação à propositura de ação civil pública, regra que não pode ser excetuada.
- (D) dentre os pressupostos para a legitimidade de associações visando à propositura de ação civil pública, exige-se pertinência temática por meio da previsão, entre suas finalidades institucionais, da proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (E) uma vez proposta a ação civil pública pela associação, a desistência infundada implicará condenação em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

QUESTÃO 45

Considerando o regime jurídico da Lei Federal n. 12.651/2012 (Código Florestal), está CORRETO o que se afirma em:

- (A) A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração, dentre outros estudos e critérios, o Zoneamento Ecológico-Econômico.
- (B) O percentual mínimo de Reserva Legal em imóveis rurais não localizados na Amazônia Legal é de 15% (quinze por cento).
- (C) É admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel, desde que, dentre outros critérios, implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo.
- (D) A inserção do imóvel rural em perímetro urbano definido mediante lei municipal desobriga o proprietário ou posseiro da manutenção da área de Reserva Legal.
- (E) É proibido o manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal com propósito comercial.

QUESTÃO 46

A Lei Federal n. 10.527/2011 prevê instrumentos tributários, financeiros, jurídicos, políticos e técnicos de atingimento dos fins da política urbana estatuída na lei.

Considerando o rol destes instrumentos previstos pelo legislador, NÃO está entre eles:

- (A) usucapião extraordinária.
- (B) desapropriação.
- (C) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de bens imóveis.
- (D) direito de preempção.
- (E) referendo popular.

QUESTÃO 47

Décio é investigado pelo cometimento dos crimes de corrupção passiva e associação criminosa.

Considerando se tratar de hipótese de concurso material e as penas atribuídas a cada um dos crimes, o prazo prescricional incidente será, à luz do Código Penal, de:

- (A) vinte anos para ambos os crimes, cometidos em concurso.
- (B) doze anos para o crime de corrupção passiva e quatro anos para o crime de associação criminosa.
- (C) doze anos para ambos os crimes, cometidos em concurso.
- (D) dezesseis anos para o crime de corrupção passiva e oito anos para o crime de associação criminosa.
- (E) dezesseis anos para ambos os crimes, cometidos em concurso.

QUESTÃO 48

Considerando o regime do crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previsto na Lei Federal n. 9.613/1998, analise as seguintes assertivas:

“I – A sua pena é de 2 (dois) a 12 (doze) anos de reclusão e multa”.

“II - Incorre na mesma pena, dentre outras hipóteses, quem utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal”.

“III – Não é prevista a modalidade penal da tentativa”.

“IV - A pena será aumentada em até 1/3 (um terço) se os crimes definidos nesta lei forem cometidos de forma reiterada”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

QUESTÃO 49

A Lei Complementar n. 1/2006 do Município de Amparo (Plano Diretor) divide o território do Município em Área Urbana e Área Rural, as quais são subdivididas em Macrozonas Urbanas e Macrozonas Rurais.

Entre essas, há as Macrozonas Rurais de Proteção Ambiental.

Considerando o conteúdo normativo do Plano Diretor, é CORRETO dizer estar dentre as diretrizes e ações específicas para as Macrozonas Rurais de Proteção Ambiental:

- (A) cuidar da operação adequada do aterro sanitário, minimizando seus impactos ao meio ambiente, bem como cuidar de seu passivo ambiental.
- (B) mapear e preservar os sítios históricos e arqueológicos.
- (C) apoiar a adoção pelos produtores de culturas e práticas agrícolas que preservem a quantidade e a qualidade das águas destinadas ao abastecimento urbano.
- (D) proteger seus acidentes geográficos notáveis.
- (E) buscar o equilíbrio entre as atividades urbanas e rurais.

QUESTÃO 50

A Lei Orgânica do Município de Amparo disciplina, dentre outros temas, as hipóteses e o regime da perda do mandato do vereador.

Considerando o conteúdo normativo da Lei Orgânica, neste aspecto, é CORRETO dizer:

- (A) Perderá o mandato o vereador que for investido no cargo de Secretário Municipal ou cargo equivalente.
- (B) No caso de perda de mandato por condenação criminal em sentença judicial transitada em julgado, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto nominal e maioria de dois terços, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Legislativo, assegurada ampla defesa.
- (C) No caso de perda de mandato por decorrência de fixação de residência fora do município, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos membros da Câmara Municipal ou de partido político nela representado, assegurada ampla defesa.
- (D) Perderá o mandato o vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das sessões realizadas dentro do ano legislativo respectivo, salvo se em gozo de licença ou em missão oficial autorizada pela Câmara Municipal.
- (E) Perderá o mandato o vereador que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

PROVA DISCURSIVA
PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

No âmbito do Município de Alfa, foi promovido, em 10 de dezembro de 2014, ato administrativo de tombamento de bens imóveis situados em determinada via do Município, entre eles o de propriedade de Décio, restringindo a possibilidade de alterações nas respectivas fachadas e teor arquitetônico frontal, haja vista o valor histórico e cultural reconhecido pela autoridade administrativa competente.

O processo administrativo em que promovido o ato de tombamento atendeu ao contraditório e à ampla defesa, tendo Décio divergido do ato de tombamento, alegando que inexistiria o valor histórico alegado e que as restrições administrativas lhe imporiam excessivo prejuízo ao uso, fruição e disposição do bem, de modo que se revestiriam, no entender de Décio, de características de uma desapropriação, a qual demandaria prévia e justa indenização em dinheiro.

Os fundamentos de Décio não foram acolhidos e, como dito, ultimou-se o aludido ato administrativo de tombamento.

Em 5 de janeiro de 2015, a autoridade fazendária do Município de Alfa procedeu, como de praxe, ao lançamento tributário do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano sobre o imóvel de Décio, remetendo-lhe o carnê de pagamento, com o vencimento da quota única e, se o caso de se promover o parcelamento, da primeira prestação em 10/03/2015 e das demais no mesmo dia dos meses subsequentes até dezembro de 2015.

Em 3 de fevereiro de 2020, o Município de Alfa distribuiu execução fiscal, tendo como objeto as certidões de dívida ativa do IPTU vencido nos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, todos os anos tendo havido lançamentos e vencimentos nas mesmas datas e fluxos mencionados para o ano de 2015.

A citação de Décio foi ordenada em 20 de fevereiro de 2020 pelo Exmo. Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de Alfa, mas o resultado foi infrutífero, mesmo após inúmeras tentativas.

Esgotadas as diligências de localização do executado, o juiz determinou a suspensão da execução fiscal, em 10 de fevereiro de 2025, pelo prazo de 1 (um) ano.

Em 2 de fevereiro de 2026, Décio se manifestou nos autos, espontaneamente, opondo Exceção de Pré-Executividade.

Alegou Décio, em prejudicial de mérito, que a execução fiscal em questão nunca poderia ter avançado, pois estaria caracterizada a prescrição. Afirmou que o IPTU referente ao exercício de 2015 estava prescrito já quando proposta a execução fiscal, pois superado o prazo prescricional a partir do lançamento tributário. E, de todo modo, argumentou ter sido ultrapassado o prazo de 5 (cinco) anos a partir da distribuição da execução fiscal sem medida efetiva, fato que caracteriza a prescrição intercorrente de todo o débito exequendo.

No mérito, o Excipiente argumentou que o ato administrativo de tombamento significou integral restrição ao seu direito de propriedade no que concerne ao absoluto impedimento de modificação da fachada e da face frontal do imóvel, o que caracteriza desapropriação indireta de seu imóvel, impede que seja considerado proprietário para fins de incidência de IPTU e reclama, inclusive, indenização em seu favor.

Requeru, ao fim, a extinção da execução fiscal pelo reconhecimento da prescrição ou, no mérito, a extinção pela anulação do débito fiscal.

O Município foi intimado e exerceu o contraditório.

O Exmo. Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa julgou parcialmente procedente a Exceção de Pré-Executividade. Considerou incidente a prescrição do débito referente ao ano de 2015 já quando da propositura da execução fiscal e reconheceu que também os demais

exercícios estavam inexigíveis diante da prescrição intercorrente. Acolheu, inclusive, a tese de mérito alegada pelo contribuinte Décio, mas sustentou que, por economia e celeridade processuais, visando ao aproveitamento da citação voluntária de Décio, deveria ser oportunizado ao Município que prosseguisse a execução fiscal quanto aos exercícios tributários de 2020 em diante, desde que, quanto a estes, comprovasse redução do montante do imposto proporcional à restrição da propriedade imposta ao contribuinte por meio do ato de tombamento.

O Município de Alfa recebeu válida e regular intimação sobre esta decisão em 4 (quatro) de maio de 2026, uma segunda-feira.

Sendo assim, na condição de procurador do Município de Alfa, adote a medida processual cabível para reformular a decisão do Exmo. Sr. Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa.

Date a Peça Prático-Profissional com o último dia do prazo incidente, ignorando, em seu cômputo, recessos forenses e feriados nacionais ou locais.

Considere que não há, no Município de Alfa, lei local que discipline a situação de modo diverso da legislação nacional, tampouco que reconheça eventual hipótese de isenção.

Considerando o enunciado estabelecido e o descrito no Capítulo 12 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção! A presente folha trata-se de rascunho. A redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	

86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

